



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL

PARECER NA INDICAÇÃO 035/2021

Ementa: Análise do PL 919. Quotas preferenciais nas sociedades limitadas. Possibilidade. Reconhecimento dos próprios órgãos de Registro de Empresa. Conveniência no sentido de facilitar a liberdade de associação privada, bem como a livre iniciativa e concorrência. Inexistência de óbice constitucional. Imperfeição que merece ser corrigida no que concerne à forma de contagem do quórum.

.

RELATÓRIO

1. Cuida a presente peça, na forma da indicação apresentada ao E. Plenário desta augusta Casa em 05 de maio de 2021 pelo Dr. João Manoel de Lima Júnior, Exmo. Presidente da Comissão de Direito Empresarial, da análise do Projeto de Lei nº 919, de autoria do Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), datado de 24/03/2020 que pretende alterar o Código Civil (Lei 10.406/02) para permitir a emissão de quotas preferenciais pelas sociedades limitadas constituídas no Brasil.
2. O Projeto de Lei busca incluir o artigo 1.055-A na Seção I (Disposições Preliminares) do Capítulo IV (Da Sociedade Limitada) do Subtítulo II (Da Sociedade Personificada) do Título II (Da Sociedade) do Livro II (Do Direito de Empresa) da Parte Especial do Código Civil, com o seguinte texto:

Art. 1.055-A O contrato social pode permitir a criação de cotas preferenciais que assegurem a seus titulares prioridade no recebimento de lucros apurados em balanço ou na liquidação da sociedade, ou que lhes confira o direito de eleger um ou mais administradores.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

§ 1º O contrato social pode estabelecer a supressão ou limitação do exercício do direito de voto pelo sócio titular de cotas preferenciais.

§ 2º Deverão constar do contrato social, com precisão e minúcia, outras preferências ou vantagens que sejam atribuídas aos cotistas sem direito a voto, ou com voto restrito, além das previstas neste artigo.

§ 3º O número de cotas preferenciais com supressão ou limitação do direito de voto não pode superar a metade do capital social.

§ 4º O sócio titular de cotas preferenciais, com direito de voto suprimido ou limitado, readquire o seu exercício quando as vantagens previstas no contrato social não se tornarem efetivas por três exercícios sociais consecutivos.

§ 5º Os titulares de cotas preferenciais, inclusive com direito de voto suprimido, adquirirão direito de voto para votações em que se discuta alteração ou impacto em suas vantagens ou preferências.

FUNDAMENTAÇÃO (1) Da Análise da Doutrina acerca do tema

3. Como aliás constou na já aludida proposta apresentada ao E. Plenário desta Casa, a emissão de quotas preferenciais por sociedades limitadas é um tema recorrente nas discussões doutrinárias sobre os limites impostos por este tipo societário e sobre as regras de registro de sociedades empresárias.
4. E não é demais assinalar-se uma tendência das próprias autoridades administrativas responsáveis pela regulamentação do registro mercantil (atualmente o DREI - Departamento de Registro Empresarial e Integração) de admitir a emissão de quotas preferenciais pelas sociedades limitadas. A propósito, na sua Instrução Normativa 81 de 2020, Anexo IV, item 5.3. é absolutamente expresso a respeito. Confira-se:

5.3. REGÊNCIA SUPLETIVA DA LEI Nº 6.404, DE 1976

O contrato social **poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima, conforme art. 1.053**, parágrafo único, do Código Civil.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Para fins de registro na Junta Comercial, a **regência supletiva** :

I - poderá ser prevista de **forma expressa** ; ou
II - **presumir-se-á** pela **adoção de qualquer instituto próprio das sociedades anônimas** , desde que **compatível com a natureza da sociedade limitada** , tais como:

- a) quotas em tesouraria;
- b) **quotas preferenciais**;
- c) conselho de administração; e
- d) conselho fiscal.

5.3.1. Quotas preferenciais

São **admitidas quotas de classes distintas, nas proporções e condições definidas no contrato social**, que atribuam a seus titulares direitos econômicos e políticos diversos, **podendo ser suprimido ou limitado o direito de voto pelo sócio titular da quota preferencial respectiva, observados os limites da Lei nº 6.404, de 1976, aplicada supletivamente** .

Havendo quotas preferenciais sem direito a voto, para efeito de cálculo dos quoruns de instalação e deliberação previstos no Código Civil consideram-se apenas as quotas com direito a voto.

5. Não há negar que, ao menos em nível infralegislativo, já há autorização expressa – expedida exatamente pelo órgão nacionalmente responsável pelo registro mercantil – de utilização de quotas preferenciais nas sociedades limitadas o que, na prática significa dizer que um contrato social que seja levado a alguma das muitas juntas comerciais no Brasil não poderá ter o registro se tiver a previsão de quotas preferenciais, desde que seguidos os parâmetros da normativa do DREI.
6. No entanto, forçoso é reconhecer que a segurança jurídica do ambiente negocial clama por uma previsão legislativa propriamente dita, de forma a evitar riscos, principalmente em discussões perante o Poder Judiciário, que poderá entender simplesmente por ilegal a respectiva cláusula do contrato social, com graves consequências para todos os envolvidos.
7. Noticie-se que o Enunciado 223 da III Jornada de Direito Civil de certa forma aborda o tema, ao afirmar que *o parágrafo único do art. 1.053 não significa a aplicação em bloco da Lei n. 6.404/76 ou das disposições sobre a sociedade simples. O contrato social pode*



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

adotar, nas omissões do Código sobre as sociedades limitadas,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

tanto as regras das sociedades simples quanto as das sociedades anônimas.

8. Isto significaria dizer que independentemente de previsão no contrato social, e sempre que o Código Civil se mantiver omissa após o recurso às regras da sociedade simples, será possível a aplicação analógica da legislação do anonimato, com fundamento no art. 4º da LINDB, como instrumento legítimo de integração das lacunas.
9. De outra parte, em tema paralelo, forçoso é remarcar que o Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado favoravelmente à aplicação supletiva da lei das SA mesmo quando silente o contrato social a respeito. E, neste sentido, em havendo omissão nas regras das sociedade simples, é possível socorrer-se da legislação do anonimato. Daí que o mesmo STJ no Resp. 1.332.766, por meio da sua 4ª Turma, com relatoria do Ministro Luís Felipe Salomão (DJ E 01/08/2017) admitiu, por ser interpretação harmônica com o sentido teleológico dos arts. 1027 e 1053 do CC, a possibilidade de a sociedade limitada adquirir as próprias quotas para mantê-las em tesouraria. Ainda no que diz respeito à possibilidade de compra de quotas pela própria sociedade limitada, este parecerista, em matéria publicada no J ornal do Commercio em 03 de junho de 2009 (página (B-10) afirmou que:

Visto isso, podemos analisar o art 1.057 do Código Civil. Na dicção deste preceito, a sociedade seria considerada tomo sócia e, portanto, a alienação de quotas de sócio para ela seria livre (independentemente de audiência dos demais sócios) ou se ela será terceiro - e daí será necessária a anuência de 75% uma quota.

10. Retomando as opiniões específicas acerca das quotas preferenciais, Egberto Lacerda Teixeira ¹ já afirmava que:

"Durante muito tempo resistiu-se à possibilidade de as limitadas possuírem quotas preferenciais ou privilegiadas. Cremos que atualmente a sua aceitação está bem generalizada mesmo no Registro do Comércio. Na verdade, não existe no Código Comercial nem no

¹ TEIXEIRA, Egberto Lacerda. Sociedades limitadas e anônimas no direito brasileiro (estudo comparativo. São Paulo, Saraiva, 1987 p. 29. Também na Revista de Direito



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Mercantil, São Paulo, n. 99, p. 70, no artigo intitulado *As Sociedades Limitadas e o Projeto do Código Civil*.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Decreto n. 3.708/19 vedação à existência de quotas preferenciais". *A lição é ainda pertinente, na medida em que também o Código Civil não veda as quotas preferenciais.*

11. Na obra coletiva de Comentários ao Novo Código Civil ², encontra-se lição que vai na mesma corrente, embasada na opinião de Viviane Prado ³:

A legitimação do tratamento diferenciado, mediante previsão contratual específica dos diferentes direitos a serem conferidos a cada um dos sócios, possibilita que as partes estipulem a divisão do capital em classes distintas de quotas (ex.: quotas ordinárias, com direito de voto, e quotas preferenciais, sem direito de voto e com vantagens econômicas), distribuindo os direitos patrimoniais e políticos aos seus titulares da forma como melhor lhes convier. Tal ideia tem importância para a aceitação daquelas que podem ser denominadas quotas preferenciais, pois permite retirar o direito de voto e conceder-lhe vantagens pecuniárias.

12. E mesmo antes da atual regulamentação por parte do DREI, registra-se manifestação da Junta Comercial do Estado de São Paulo, no Parecer Jucesp n. 71/78, favoravelmente à instituição de quotas preferenciais em sociedades limitadas:

Desta maneira, quer nos parecer, s. m. j., que o regime das ações preferenciais pode legalmente ser adotado nas sociedades limitadas, independentemente de se discutir se este tipo societário é de capital ou de pessoas. Assim, é lícito aos contratantes criar espécie diferenciada de quota ou parte social, com uma ou todas as preferências ou privilégios de ordem

²MORAES, Luíza Rangel de; WAISBERG, Ivo. Comentários ao novo Código Civil. Livro II – Direito de Empresa. Coordenação do volume: Sálvio de Figueiredo Teixeira. Coordenação da Obra: Arnaldo Wald. Rio de Janeiro, Forense, 2ª ed. Na mesma senda também registra-se a opinião de Fran Martins (Sociedades por Quotas no Direito Estrangeiro e Brasileiro, Rio de Janeiro, Forense, 1960, , vol. 02, p. 636).

³PRADO, Viviane. Quotas preferenciais no direito brasileiro, *in Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, nº 5, São Paulo, pp. 136-144, maio-ago./1999.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

econômica ou política indicados na lei das sociedades por ações ⁴.

13. Em outra coletânea de comentários ao atual Código Civil, colhe-se a seguinte lição de Paulo Penalva Santos:

De outro lado, o art. 1.055 dispõe que as quotas podem ser de valores iguais ou desiguais, regra que já existia na vigência do Decreto nº 3.708. Ainda em relação às quotas, registre-se, por oportuno, que a doutrina já admitia pacificamente a possibilidade de emissão de quotas preferenciais, direitos esses de natureza econômica (vantagens na distribuição de lucros ou na liquidação) ou de ordem política,

⁴Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 20 de agosto de 1981. Tal parecer foi secundado pelo Parecer J ucesp 137/81, que asseverou que *no silêncio da lei das sociedades limitadas, a doutrina entende válida a adoção de quotas preferenciais nesse tipo societário*. A propósito de tais pareceres, mereceram forte crítica por parte de Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa em manifestação feita após o advento do atual Código Civil: *Com o advento do NCC, conforme visto acima, a sociedade limitada tem regime próprio, que se remete ao da sociedade simples obrigatoriamente em alguns pontos, mesmo que tenha sido feita a opção no contrato social pela regência supletiva nos termos da Lei das S/A. Nos termos acima, inexistindo uma regra semelhante à do art. 1.394 do CCB, **conclui-se em favor da generalidade do direito de voto** pela leitura do §3º do art. 1.072 do NCC, que dispensa a realização da assembleia ou da reunião de sócios apenas no caso em que todos eles tenham se manifestado por escrito a respeito da matéria que teria sido objeto daquele conclave. **Depreende-se, portanto, que todos os sócios podem manifestar-se por meio do voto nas assembleias ou reuniões, não podendo este direito ser retirado ou restringido pela criação de quotas preferenciais**. Quando se examinam os quóruns qualificados para aprovação de certas matérias em reunião ou na assembleia de sócios, **nota-se clara incompatibilidade entre o sistema do NCC e a ideia da adoção de quotas preferenciais sem direito de voto ou com voto restrito**. Para este efeito, suponha-se uma sociedade limitada cujo contrato social expressamente adotou a Lei das S/A como fonte supletiva e, consequentemente, organizou a composição do capital social com 50% de quotas ordinárias e 50% de quotas preferenciais sem direito de voto. Como o art. 1.076 e seus incisos I e II exigem que a deliberação das matérias ali previstas, por sua ordem, seja aprovada por votos que representem três quartos, no mínimo, do capital social ou, ainda, mais da metade do capital social, estaríamos diante de um objeto jurídico impossível. Conforme se verifica, os quóruns de que se trata resultam de normas cogentes, o que impediria a adaptação do contrato social, para adequar-se ao regime de quotas preferenciais. Sabe-se que a Junta Comercial do Estado de São Paulo/JUCESP, por meio de sua Procuradoria, emitiu os Pareceres 71/ 1978 e 137/ 1978, publicados no DOESP de 20.8.1981, onde era reconhecida a litude da emissão de quotas preferenciais. Por todo o acima exposto, verifica-se que os pareceres em questão fundaram-se em argumentos inconsistentes, lembrando-se que as decisões das Juntas Comerciais são de natureza meramente administrativa, não fazendo coisa julgada*. (VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Malheiros, 2006. Vol. 02, pp. 400 e



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

401.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

*especificamente em relação ao exercício do direito de voto. Note-se que o art. 1.007 dispõe que o contrato social pode prever participações distintas dos sócios nos lucros e nas perdas, o que representa exatamente a possibilidade de ter quotas com direitos distintos*⁵.

14. É interessante a lição de José Waldecy Lucena, que, posicionando-se favoravelmente à adoção das quotas preferenciais, assim anota:

*As quotas preferenciais surgem, assim, na prática societária, sem estarem disciplinadas expressamente em lei. Ainda não o foram, mas acabarão por sê-lo. O mesmo, de resto, ocorreu com as ações preferenciais, aqui, como alhures: foi a sua criação e divulgação no âmbito das sociedades anônimas que fizeram com que o legislador delas se ocupasse, disciplinando-as (...)*⁶

15. Sérgio Campinho manifestou-se, à época, de forma contrária à admissão de quotas sociais pelas sociedades limitadas⁷:

Não podemos deixar de registrar nossa opinião contrária à possibilidade de adoção de quotas preferenciais, isto é, quotas diferenciadas que garantam certas preferências no exercido de

⁵SANTOS, Paulo Penalva. *In* Comentários ao Código Civil Brasileiro. Alvim, Eduardo Arruda e Alvim, Thereza, Coord. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

⁶LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. Volume 3. p. 407. Especificamente no que concerne ao direito ao voto o autor assim se manifesta: ***Já em relação aos direitos políticos, que se traduzem na supressão do direito de voto ou em restrição de seu exercício, legitima-se também a adoção das quotas preferenciais,*** se se considerar, entre nós, a formação híbrida do tipo — sociedade limitada, misto de sociedade de pessoas e de sociedade de capitais, sendo que na maioria dos países as limitadas já são consideradas sociedades de capitais (Itália, França, Alemanha etc). Tanto que, sob essa marcante influência, o ordenamento jurídico brasileiro e principalmente nossa prática societária tendem a levar as sociedades limitadas a transitarem, cada vez mais, no âmbito das sociedades anônimas. O autor, ao final de suas considerações sobre o tema, e esteado em Cunha Peixoto, afirma que se se tratar de sociedade limitada de pessoas, não será possível a restrição de direitos políticos às quotas preferenciais, mas apenas diferenciações quanto a direitos econômicos. Ao reverso, se a limitada tiver um caráter de sociedade de capital, a restrição ao direito de voto é plenamente possível.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

⁷ CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do novo Código Civil, 7^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 156.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

determinados direitos aos seus titulares. A matéria polêmica no direito anterior ao novo Código Civil, não mais pode apresentar qualquer hesitação diante do sistema por ele consagrado. Inclusive, este é o entendimento adotado pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, por ocasião da edição Instrução Normativa nº 98, de 23 de dezembro de 2003, que revogou a Instrução Normativa nº 44, de 25 de agosto de 1994, e aprovou o Manual de Atos de Registro de Sociedades Limitada, ao prever no item 1.2.16.3: “Não cabe para sociedade limitada a figura da quota preferencial.”

16. Marcelo Vieira Von Adamek ⁸, por seu turno afirma que não é possível a instituição de quotas preferenciais que não tenham direito a voto:

Diversamente, no sistema do Código Civil, considerando os vários quóruns de deliberação fixados em função do capital social e considerando que a toda quota deve ser atribuído valor e que por este valor é que se definem as votações (CC, arts. 1010 e 1072), não há espaço para a previsão de quotas preferenciais sem direito de voto, emergindo daí a conclusão de que o voto é direito essencial nesse sistema (...).

17. É mais enfático em trecho a seguir ⁹:

O que é preciso saber, antes de mais nada, é o que se pretende sinalizar através da expressão ‘quotas preferenciais’: se forem quotas com especiais direitos políticos ou econômicos (CC, art. 1007), a resposta, a princípio seria sujeita à verificação in concreto da licitude dos direitos especiais conferidos, pode ser positiva; mas se, com isso, se pretende designar quotas

⁸ADAMEK, Marcelo Vieira von. Abuso de Minoria em Direito Societário – abuso das posições subjetivas minoritárias. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP. Faculdade de Direito da USP, 2010.

⁹ADAMEK, Marcelo Vieira von. Abuso de Minoria em Direito Societário – abuso das posições subjetivas minoritárias. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP. Faculdade de Direito da USP,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

2010.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

sem direito de voto, a resposta negativa é inapelável

18. Parece estar no mesmo sentido a lição de Sérgio Botrel, anteriormente à atual redação da já mencionada Instrução Normativa 81/2020/DREI ¹⁰

Com o advento do Código Civil colocou-se em discussão a possibilidade de uma sociedade limitada emitir quotas preferenciais sem direito de voto. A divisão do capital social de uma limitada em quotas ordinárias e quotas preferenciais sem direito de voto possibilitaria outorgar a um interessado participar tão somente dos resultados sociais, com atribuição de determinadas prerrogativas, sem exercer ingerência na gestão da sociedade, o que poderia decorrer de uma exigência do controlador, que está disposto a dividir os resultados econômicos, mas que não abre mão do poder de direcionar o rumo das atividades sociais.

*Em que pese haver dissidência sobre o tema, **tem prevalecido o entendimento, inclusive endossado por várias Juntas Comerciais, de que o direito de voto é um direito essencial inerente ao status de sócio de uma sociedade limitada**.*

19. Inobstante, faz uma ressalva ¹¹:

Importa esclarecer que esse entendimento não implica a rejeição total de outorga de direitos diferenciados aos sócios das sociedades limitadas. A rigor, nada impede que sejam atribuídas determinadas prerrogativas a uma classe especial de quotas, em especial relacionadas à distribuição de dividendos, desde que o direito de voto seja mantido. Aliás, em tema de distribuição de dividendos é preciso atentar para a aplicação, às limitadas, da regra do art. 1.007 do Código Civil, que outorga aos sócios o direito de convencionarem a distribuição de lucros desproporcional à participação no capital social.

¹⁰BOTREL, Sérgio. Fusões e Aquisições. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 149



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

¹¹BOTREL, Sérgio. Fusões e Aquisições. São Paulo: Saraiva, 2012. P. 149



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

20. O que significa que sua opinião palmilha a mesma trilha de Marcelo Adamek, eis que ambos, diante do Código Civil de 2002, admitem uma espécie de quotas preferenciais desde que neste conceito não se englobe a retirada do direito ao voto.
21. Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa também se manifesta contrariamente, diante do atual Código Civil, à adoção de quotas preferenciais, pelo menos no que diz respeito à “retirada” de direito de voto. Segundo o autor, isto tornaria impossível o cumprimento da maioria das cláusulas de quórum ¹². No entanto, sua lição tem como premissa a não adaptação da contagem de votos excluindo do quórum geral as quotas sem direito a voto.
22. Também Alfredo de Assis Gonçalves Neto aduz que somente seria possível uma *quota preferencial* que não fosse privada de direito de voto¹³.
23. Há autores que fazem a mesma ressalva, no entanto, somente quando há uma retirada absoluta do direito de voto ¹⁴.

¹²Eis o trecho: *Para este efeito, suponha-se uma sociedade limitada cujo contrato social expressamente adotou a Lei das S/A como fonte supletiva e, conseqüentemente, organizou a composição do capital social com 50% de quotas ordinárias e 50% de quotas preferenciais sem direito de voto. Como o art. 1.076 e seus incisos I e II exigem que a deliberação das matérias ali previstas, por sua ordem, seja aprovada por votos que representem três quartos, no mínimo, do capital social ou, ainda, mais da metade do capital social, estaríamos diante de um objeto jurídico impossível. Conforme se verifica, os quóruns de que se trata resultam de normas cogentes, o que impediria a adaptação do contrato social, para adequar-se ao regime de quotas preferenciais. Sabe-se que a Junta Comercial do Estado de São Paulo/JUCESP, por meio de sua Procuradoria, emitiu os Pareceres 71/1978 e 137/1978, publicados no DOESP de 20.8.1981, onde era reconhecida a litude da emissão de quotas preferenciais. Por todo o acima exposto, verifica-se que os pareceres em questão fundaram-se em argumentos inconsistentes, lembrando-se que as decisões das Juntas Comerciais são de natureza meramente administrativa, não fazendo coisa julgada.* (VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Malheiros, 2006. Vol. 02, p. 401.

¹³Outras figuras há no regime jurídico do anonimato de extensão discutível às sociedades limitadas. É o caso das chamadas quotas preferenciais. Mesmo que se considere cabível a aplicação das disposições sobre ações preferenciais às limitadas, é evidente que nem todas são com este tipo compatíveis. Não vislumbro a menor possibilidade, por exemplo, de suprimir o direito de voto das quotas. No entanto, dada a permissão de tratamento diferenciado entre os sócios no que se refere à participação nos lucros, é de se admitir quotas que tenham preferência na percepção de dividendos. E não mais que isso. Tais quotas não concedem aos sócios o direito de eleger isoladamente representantes no Conselho Fiscal, quando existente, não há assembleia de quotistas preferenciais para deliberar sobre a modificação de seus direitos, devendo ser colhida, para tanto, a anuência de todos eles, e assim por diante. (GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa – Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 4ª ed., 2012, p. 347.)

¹⁴É a opinião de Frederico Simionato: *Desde que o contrato social estabeleça que a Lei*



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

6.404/76 tem regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

24. A esta altura é interessante notar que a principal objeção da doutrina contrária à adoção às quotas preferenciais é a questão da restrição do direito ao voto. Denota-se isto tanto das lições já transcritas como, por exemplo, de manifestações como as de Vera Helena de Melo, ao aduzir, com base no magistério de Jorge Lobo, que as quotas preferenciais *não podem ser privadas do direito de voto*¹⁵.

anônima, nada impede que a sociedade tenha quotas preferenciais. Desta forma, amplíssima é a liberdade contratual para estabelecer sistema sobre quotas preferenciais, desde que não caracterize pacto leonino. Somente no contrato social ou sucessivamente nas suas modificações, como na hipótese de aumento de capital, é que se poderá irwtituir o sistema das quotas preferenciais. De uma maneira geral, a preferência pode consistirem: a) uma determinada preferência na distribuição dos lucros; b) que as quotas preferenciais tenham um percentual de recebimento superior às quotas ordinárias; c) que esse percentual superior seja exercido por um determinado número de exercícios sociais;

d) no recebimento preferencial no caso de liquidação da sociedade; e) na preferência consentida aos titulares de determinadas quotas na subscrição de novas quotas, no caso de aumento de capital de tal modo que nada impede que a opção seja reservada a determinados sócios ou determinada categoria de sócios." O contrato social também pode estabelecer quotas preferenciais com voto restrito, em semelhança ao sistema da lei acionária. E aqui faz sua ressalva: **Porém, não é aceita a emissão de quotas sem nenhum direito de voto: as quotas preferenciais são quotas privilegiadas diante das demais, porém a toda quota social decorre o direito de voto. Esse direito de voto pode ser restrito para determinadas matérias, mas não pode ser, na sua totalidade, excluído. Por exemplo, será irrenunciável o direito de voto no caso de modificação do contrato social, quando: da alteração da denominação social; do objeto social; da sede; aumento ou redução de capital; do prazo da sociedade. Com efeito, é irrenunciável o direito de se retirar da sociedade a qualquer momento, no caso da sociedade por prazo indeterminado: não pode ser pactuado privilégio ou preferência em quota social sob condição de renúncia ao direito de se retirar da sociedade. Contudo, é renunciável o direito de voto nas deliberações de administração extraordinária, quando: a) do endividamento lastreado em garantia real; b) na incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; c) nomeação e destituição dos liquidantes; d) apresentação do pedido de recuperação judicial. Também é renunciável o direito de voto nos casos: a) da destituição dos administradores; b) o modo de remuneração dos administradores.** (SIMIONATO, Frederico Monte. Tratado de Direito Societário. Vol. I. Rio de Janeiro, Forense, 2009, p. 600).

¹⁵FRANCO, Vera Helena de Mello. Direito Empresarial 1 – o empresário e seus auxiliares, o estabelecimento empresarial, as sociedades. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed. 2012, p. 287. No original: *As quotas preferenciais terão sempre direito de voto, além dos benefícios, vantagens e privilégios especificados no contrato social (item anterior); a um, porque o caráter personalíssimo da sociedade e o princípio da igualdade entre os sócios impõe que todos tenham direito de voto, exerçam-no ou não nas reuniões ou assembleias gerais; a duas, porque o Código Civil, ao disciplinar a instalação e deliberação das reuniões ou assembleias gerais de sócios, sempre leva em conta o "capital social", representado pela totalidade das quotas sociais ou determinado percentual do capital social, e não o capital votante, jamais referido no capítulo das sociedades limitadas, nem, tampouco, das sociedades simples.* (LOBO, Jorge Joaquim. Sociedades Limitadas,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2004. P. 144).



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

25. E não é demasiado lembrar que o art. 1055 ao referir-se a *desigualdade entre as quotas*, abriu ainda outras ensanchas para inflar a discussão acerca das quotas preferenciais, como bem observa Leonardo de Almeida Sandes ¹⁶:

No que concerne às sociedades limitadas, existe grande discussão na doutrina, não tendo esta se pacificado no que diz respeito às quotas desiguais (artigo 1.055), inovação trazida expressamente pelo Código Civil. Para alguns autores, essa “desigualdade” das quotas estaria apenas restrita aos seus valores; para outros, poder-se-ia pensar em classes distintas de quotas (quotas preferenciais, por exemplo), e, via de consequência, diferenciação quanto ao direito de voto.

26. Com o fito de organizar as opiniões até aqui transcritas, cumpre reproduzir a lição de Leslie Amendolara ¹⁷:

Embora a emissão de cotas preferenciais pelas Sociedades Limitadas já tivesse acontecido antes da edição do Código Civil e os contratos arquivados na Junta Comercial, o silêncio agora do legislador a respeito da matéria trouxe à tona a velha discussão sobre a validade e propriedade de sua criação. Três correntes se formaram sobre a questão (...)

27. O autor passa a enumerar as três posições doutrinárias ¹⁸:

a) A primeira é a corrente que se opõe pura e simplesmente à existência de cotas preferenciais e inclusive defende a tese de que as já existentes deveriam ser transformadas em cotas normais ou resgatadas. Os adeptos dessa corrente argumentam que numa sociedade de pessoas não podem existir cotas sem direito político, nem com preferência ou vantagens umas com relação as outras, característica das ações

¹⁶SANDES, Leonardo de Almeida. *In* Direito Societário na Atualidade – aspectos polêmicos. Leonardo de Faria Beraldo (Coord). Belo Horizonte, Del Rey, 2007., p. 351.

¹⁷AMENDOLARA, Leslie. *Os Direitos dos Minoritários na Sociedade Limitada* São Paulo: Quartier Latin, 2006.

¹⁸AMENDOLARA, Leslie. *Os Direitos dos Minoritários na Sociedade Limitada* São Paulo:



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Quartier Latin, 2006.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

preferenciais. Ao tratar das "partes privilegiadas", Nelson Abrão de início menciona que "na sociedade por quotas deve, em princípio haver uma condição igual dos sócios na participação das vantagens sociais, para, logo em seguida, admitir. "Existe, contudo, uma certa orientação no Direito Comparado no sentido de estabelecer determinadas preferências de caráter patrimonial". No que concerne ao voto, porém, o saudoso mestre opõem-se à diferenciação ao salientar: desde que essas vantagens não se traduzam ou disfarcem privilégios novoto" (Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada -R. Tribunais - 5ª Ed.). (...)

b) Uma segunda corrente, ao contrário da primeira, admite na plenitude a criação de cotas preferenciais, com as devidas adaptações necessárias ao tipo societário. O anteprojeto de Lei de Sociedades Limitadas do Professor Arnaldo Wald que tramita no Congresso, tendo sido atropelado pelo Novo Código, admite no art. 26:"O capital social será dividido em cotas, ordinárias e preferenciais, com ou sem valor nominal, não podendo ser representadas por certificados ou cautelas". No parágrafo 2º desse mesmo artigo dispõe que caberá ao contrato social regular as vantagens dos titulares das cotas preferenciais podendo deixar de conferir as cotas preferenciais o direito de voto. Na exposição de motivos o autor do projeto justifica a existência de cotas preferenciais: "O capítulo quarto regula as quotas, possibilitando, se os sócios desejarem, a instituição de quotas preferenciais, que a prática demonstrou ser útil em determinadas situações, sobretudo decorrentes de Joint Venture".

Verifica-se pela leitura do ante projeto que o ilustre mestre filia-se a essa corrente, cujos adeptos entendem que não deve haver qualquer cerceamento à vontade dos sócios, deixando a mais ampla possível liberdade de regular seus negócios, salvo restrição legal que, no caso em exame, não existe. Dentre as vantagens dessa posição estariam a possibilidade de captação de recursos, sem afetar o controle dos sócios ordinaristas e a livre transferibilidade das cotas



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

preferenciais.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

c) Aterceira corrente chamaríamos de intermediária, porque, de alguma forma, concilia as duas anteriores. O ponto fulcral da questão, como se pode observar, é o voto dos cotistas. Seria possível nesse tipo societário a existência de sócios sem direito a voto, portanto meros investidores? Qual a diferença, então, com a sociedade anônima de capital fechado?

28. E expõe seu entendimento pessoal ¹⁹:

Essas perguntas intrigantes conduziram a uma terceira via à qual nos filiamos e que seria a seguinte: as cotas preferenciais poderiam ser emitidas com direitos restritos, como acontece com algumas ações preferenciais. Seria mantido o direito de voto, com restrições que o contrato social regularia, desde que não cerceasse a participação política dos preferencialistas, adotando-se o disposto no artigo 18 da Lei das S.A.'s: "O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos da administração".

CONCLUSÃO QUANTO A ESTE ITEM (1)

29. Em conclusão deste longo percurso pela doutrina nacional, é possível se afirmar que:

- a. No que concerne à possibilidade de quotas preferenciais com diversidade apenas de direitos financeiros, há maioria doutrinária a seu favor;
- b. No que concerne à possibilidade de quotas preferenciais cuja diversidade inclua direitos políticos (voto), há séria cisão doutrinária. Divisão esta que baseia-se maiormente nas disposições legais em vigor. Não vislumbramos em nenhuma das lições analisadas alguma repulsa baseada em princípio constitucional ou em alteração do direito positivo.

¹⁹AMENDOLARA, Leslie. Os Direitos dos Minoritários na Sociedade Limitada São Paulo:



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Quartier Latin, 2006.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

FUNDAMENTAÇÃO (2) Da Análise dos fundamentos constitucionais do tema – art. 170 da Carta e a Lei 13.874 de 2019

30. Diante das conclusões já alcançadas acima, restaria saber se haveria algum empecilho constitucional à adoção das quotas preferenciais (seja em relação a direitos políticos, seja em relação a direitos monetários) nas sociedades limitadas.
31. Pois bem, a regulação constitucional básica acerca da ordem econômica encontra-se aninhada no art. 170 da Carta:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;*
- II - propriedade privada;*
- III - função social da propriedade;*
- IV - livre concorrência;*
- V - defesa do consumidor;*
- VI - defesa do meio ambiente;*
- (...)*

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
(Vide Lei nº 13.874, de 2019)

32. A principiologia da ordem econômica tenta estabelecer uma harmonia entre o trabalho humano e a livre iniciativa, como facilmente se pode deduzir de sua mera leitura. Neste aspecto parece não haver nenhum obstáculo na adoção de quotas preferenciais, mesmo porque, se houvesse, seria também empecilho para adoção das ações preferenciais em Sociedades Anônimas.
33. De outra sorte, merecem destaque duas expressões: *livre iniciativa* e *livre concorrência*, que, embora tenham significados diversos, defendem a liberdade de formas de atuação da iniciativa privada no mercado, só não se podendo adotar as formas proibidas



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

em lei. Qualquer limite além deste significaria grave intervenção do Estado na economia – desautorizada pelo texto constitucional.

34. Importante também trazer à baila a Lei 13.874/2019, chamada de *lei da liberdade econômica*. Este diploma traz um leque de normas que demonstram a primazia da liberdade de formas na atividade privada.
35. Podemos içar como exemplo, o art. 3º, que assevera ser direito de toda pessoa natural ou jurídica, observando o parágrafo único do art. 170 da CRFB, com destaque para os seguintes incisos:

*V - gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as **dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;***

(...)

*VIII - ter a garantia de que os **negócios jurídicos empresariais paritários serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial apenas de maneira subsidiária ao avençado, exceto normas de ordem pública;***

36. Ora, não se observou na análise feita nos itens anteriores a existência de qualquer norma *expressa de ordem pública* a proibir a existência de quotas preferenciais, sejam referentes a direitos políticos, sejam referentes a direitos monetários.
37. E não só, o art. 4º da mesma lei determina que salvo no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual versa a lei, ou em estrito cumprimento de previsão expressa de lei, **evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente :**

VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

econômicas;



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

38. Ora, proibir a instituição de quotas preferenciais (de qualquer espécie) é, sem dúvida, introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais e pode mesmo também limitar o exercício de atividades econômicas, tendo em vista o modelo de negócio escolhido entre as partes.

CONCLUSÃO QUANTO A ESTE ITEM (2)

39. Em conclusão deste item 02, entendemos poder afirmar sem receio de equívoco, que a previsão legal expressa da possibilidade de quotas preferenciais, não contraria preceitos constitucionais. Ao revés, os prestigia, inclusive de acordo com a Lei de Liberdade Econômica.

FUNDAMENTAÇÃO (3) Da Análise dos termos do projeto

40. Conforme já apontado anteriormente, eis os termos do projeto:

Art. 1.055-A O contrato social pode permitir a criação de cotas preferenciais que assegurem a seus titulares prioridade no recebimento de lucros apurados em balanço ou na liquidação da sociedade, ou que lhes confira o direito de eleger um ou mais administradores.

41. Com relação ao *caput*, está de pleno acordo com o que foi defendido até agora.

§ 1º O contrato social pode estabelecer a supressão ou limitação do exercício do direito de voto pelo sócio titular de cotas preferenciais.

42. No que concerne ao parágrafo 1º, é de se reconhecer que sua interpretação isolada poderia dar azo a um abuso de poder por parte dos ordinaristas quando da supressão do direito de voto dos preferencialistas. No entanto, o parágrafo 4º, bem como o parágrafo 5º impedem tal estratégia, conforme abaixo:

§ 4º O sócio titular de cotas preferenciais, com direito de voto suprimido ou limitado, readquire o seu exercício quando as vantagens previstas no contrato



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

social não se tornarem efetivas por três exercícios sociais consecutivos.

§ 5º Os titulares de cotas preferenciais, inclusive com direito de voto suprimido, adquirirão direito de voto para votações em que se discuta alteração ou impacto em suas vantagens ou preferências.

43. O parágrafo 2º abaixo prestigia a boa fé objetiva e a transparência dos negócios, ao determinar quais serão as preferências ou vantagens das quotas preferenciais, para além das previstas no *caput*.

§ 2º Deverão constar do contrato social, com precisão e minúcia, outras preferências ou vantagens que sejam atribuídas aos cotistas sem direito a voto, ou com voto restrito, além das previstas neste artigo.

44. E, por último, o parágrafo 3º a seguir limita o número de quotas preferencialistas a 50% do capital social, de forma a evitar um excesso de poder por parte dos ordinaristas.

§ 3º O número de cotas preferenciais com supressão ou limitação do direito de voto não pode superar a metade do capital social.

45. No entanto, observamos um defeito no projeto, aliás, calcados nas lições doutrinárias alhures coligidas. Trata-se da questão da contagem do quórum.

46. Neste ponto, o PL 6104/2019, que também tem como objetivo inserir as quotas preferenciais expressamente no direito brasileiro, sugere uma alteração no Código Civil (art. 1.055-A) em cujo parágrafo 3º consta o seguinte: *os quóruns de instalação e deliberação em reunião ou assembleia de sócios serão computados exclusivamente sobre o capital votante*.

47. Sugerimos que neste particular, observe-se este PL, sob pena de, como já advertiram alguns doutrinadores, não se estabelecer jamais o quórum necessário, seja de instalação, seja de votação, quando este (o quórum) for superior a 50% numa sociedade limitada que tenha também 50% das quotas como preferenciais sem direito a voto.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DA CONSTITUCIONALIDADE

48. O projeto de matéria inserida na competência legislativa privativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar privativamente sobre direito comercial.
49. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, conforme o disposto nos arts. 48 e 61 da Lei Maior.
50. Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.
51. A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

DO MÉRITO DO PROJETO

52. Quanto ao mérito, o projeto facilita o ambiente de negócios no Brasil, sendo certo que garante maior liberdade de associação entre os atores da iniciativa privada. Aliás, já vem a reboque mesmo de atos normativos infralegais (do DREI, por exemplo) que já admitem quotas preferenciais.
53. O único senão relativo ao projeto e que nos faz propor a observância do PL 6104/2019 é que deve ser inserida cláusula expressa no que concerne à contagem do quórum em tais sociedades limitadas.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

CONCLUSÃO

54. Diante do exposto, somos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, devendo, no entanto, ser aperfeiçoado no que concerne à previsão de quórum, conforme já exposto.

Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2021

Társis Nametala Jorge

Membro da Comissão de Direito Empresarial